

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVII nº 1561 | 05/05/2022

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

LEGISLAÇÃO

MOBILIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Após articulação histórica da FAEP, Novo Código Florestal completa uma década de segurança jurídica ao produtor rural



Aos leitores

Algumas conquistas em nossas vidas precisam ser comemoradas por um longo tempo. Neste mês de maio, completam-se 10 anos da aprovação do Novo Código Florestal, que foi um divisor de águas para os produtores rurais do Brasil. Isso porque a legislação trouxe algo que antes não existia para agricultores e pecuaristas: segurança jurídica. Desde 2012, as regras estão claras e definidas, permitindo que sejam cumpridas. É como diz aquele ditado: “o combinado não sai caro”.

Além de comemorar, é preciso também reconhecer alguns aspectos que permitiram a sanção da lei federal. Afinal, esses pontos fizeram parte de uma longa e difícil caminhada, mas que resultou na conquista. A FAEP, em diversos níveis, atuou para a aprovação do Novo Código Florestal, como mostra a matéria de capa desta edição da revista Boletim Informativo. Mais que isso, após a sanção, continuou e continua trabalhando para que os produtores rurais estejam em acordo com as regras ambientais.

Ainda há alguns processos para real e efetiva implantação do Novo Código Florestal. Mas isso muito mais por conta de quem está fora da porteira do que quem está dentro. A única certeza é de que, mais do que nunca, produção rural e conservação do meio ambiente caminham de forma consoante.

Boa leitura!

ÍNDICE

MEIO AMBIENTE

Aprovado com ampla mobilização do setor produtivo, com participação do Sistema FAEP/SENAR-PR, Novo Código Florestal completa uma década

PÁG. 16

SANIDADE

Produtores rurais do Paraná têm até o dia 30 de junho para fazer o cadastro de atualização de rebanho junto à Adapar

Pág. 3

NOVO FÔLEGO

Comissão Estadual de Mulheres da FAEP incentiva a criação de grupos locais para aumentar capilaridade de ações

Pág. 4

NORTE

Mauá da Serra mantém Museu do Plantio Direto para valorizar a técnica que revolucionou a agricultura paranaense

Pág. 6

SUSTENTABILIDADE

Seminário em Assis Chateaubriand demonstra vantagens de se gerar energia renovável na propriedade

Pág. 8

NOVIDADE

Programa Empreendedor Rural (PER) é atualizado para reforçar visão de propriedades rurais como negócios

Pág. 22

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darci Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto
Superintendente Adjunto: Carlos Augusto Albuquerque.

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Aníbal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach
Colaboração: Lucas Silva e Aline Barboza
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1561:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

Cadastro do rebanho garante *status* sanitário do Paraná

Medida segue até 30 de junho e vale para todas as espécies animais, comerciais ou não



Desde o dia 1º de maio, os produtores rurais do Paraná precisam atualizar ou fazer o cadastro do rebanho de todas as espécies animais existentes na propriedade junto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). O processo anual é obrigatório, com pena de bloqueio da emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), impedindo a comercialização da produção e dos animais, tampouco participar de competições e eventos. Também existe a previsão de outras penalidades, como aplicação de multas para aqueles que não realizarem dentro do prazo. A campanha termina no dia 30 de junho.

O cadastro de animais é obrigatório desde 2019, como parte das ações que prepararam o Paraná para receber o certificado de área livre de febre aftosa sem vacinação, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em maio de 2021. Anteriormente, a vacinação do

rebanho de bovinos e bubalinos servia como base para o controle do rebanho. Com o fim da vacinação contra a doença, a Adapar substituiu o comprovante de vacina pela campanha de atualização de rebanhos.

“Esse cadastro é importante para reforçar a defesa sanitária estadual, promovendo a rastreabilidade e a sanidade do rebanho paranaense. O Paraná conseguiu o *status* sanitário e se colocou, de forma privilegiada, no mercado internacional de proteínas animais. Não podemos perder todo o esforço realizado”, ressalta Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Cadastro

O produtor rural pode fazer a atualização ou o cadastro de forma presencial ou pela internet. É possível ir pessoalmente ao escritório mais próximo

da Adapar ou à uma unidade de atendimento municipal da agência e solicitar o formulário de atualização do rebanho para preenchimento. Também é possível fazer esse processo junto aos 85 sindicatos rurais (**acesse o QR Code** para ver a lista de sindicatos aptos a realizar este serviço).

Para realizar o cadastro pela internet basta acessar o site adapar.pr.gov.br. Se este for o primeiro acesso do pecuarista, é preciso cadastrar um *login* e uma senha.

Quando o processo é feito via internet, o cadastro é imediato. Quando é entregue pessoalmente, existe um prazo variável para atualização das informações.



Comissão Estadual de Mulheres da FAEP incentiva grupos locais

Atuação nos municípios é fundamental para aumentar a capilaridade das ações e aproximar produtoras do sistema sindical. Hoje são 19 comissões locais, com outras em formação



Encontro realizado em Ubitatã (Oeste) no dia 3 de maio, com presença de coordenadoras da CEMF

Desde sua criação em janeiro de 2021, a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF) tem incentivado a formação de comissões locais nos municípios do Paraná, visando estreitar a comunicação entre as mulheres da agropecuária estadual. Ao longo do ano passado, a CEMF promoveu 14 reuniões e ajudou a criar cinco comissões locais. Em 2022, até o momento, foram realizados 16 encontros e formalizadas duas comissões locais, além de outras que estão em andamento. Atualmente, são 19 comissões locais de mulheres – Alvorada do Sul, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Colorado, Faxinal, Guarapuava, Ipiranga, Juraná, Maringá, Palotina, Pitanga, Realeza, Rondon, Tapejara, Teixeira Soares, Toledo e Uraí –, sendo que 12 já existiam antes da criação da Comissão Estadual.

Segundo Lisiane Rocha Czech, coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP, o ano de 2021 foi de intenso trabalho, com foco na mobilização dos sindicatos rurais para a criação de comissões e na capacitação das coordenadoras locais. Os grupos são estruturados dentro dos sindicatos, o que permite aumentar a presença de lideranças femininas no campo, trazendo mais mulheres para o sistema sindical.

“Com a formação de uma comissão no âmbito estadual, foi possível organizar e integrar as ações de todos os grupos femininos, fortalecendo a nossa atuação. Temos diversos *feedbacks* positivos de presidentes de sindicatos rurais. O movimento cresceu bastante do ano passado para cá. Vemos as mulheres se associando e

se sentindo mais à vontade dentro do sistema. Elas veem os sindicatos se organizando e querem participar também”, conta Lisiane.

Entre as ações realizadas desde a criação da CEMF, a coordenadora também destaca palestras e cursos voltados à profissionalização das mulheres, com temas como energias renováveis, custos de produção e seguro rural, além de uma visita técnica ao Moinho Globo, em Sertãoópolis.

“Nós, da comissão estadual, estamos trabalhando para oferecer todo o suporte necessário. Nessas minhas andanças pelo Estado, eu tenho descoberto muitas mulheres incríveis e histórias inspiradoras. O SENAR-PR também é um grande parceiro no crescimento profissional das mulheres”, destaca a coordenadora.

Ações

Ainda para este ano, Lisiane destaca a criação de consultorias, com apoio da FAEP, para atuar nos sindicatos rurais e auxiliar os grupos locais de mulheres – tanto as comissões já oficializadas como aquelas em processo de formação – a se organizarem e montarem seu planejamento estratégico. “A ideia é não deixar a chama apagar”, enfatiza.

Outras ações que fazem parte do planejamento da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP para 2022 incluem participação em encontro de líderes rurais, em junho, e em outubro, visita técnica das coordenadoras locais ao parque industrial da Coamo, em Campo Mourão, e presença das coordenadoras regionais no 7º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, em São Paulo.

“Precisamos levar informação sobre o quão importante é sermos bem representadas nos nossos municípios para podermos ter voz”, aponta Lisiane.

A comissão local de Cascavel, por exemplo, foi criada há mais de 10 anos, denominada Comissão Feminina do Sindicato Rural de Cascavel. A integração do grupo da região Oeste a uma organização estadual permitiu que o trabalho se desenvolvesse de forma mais abrangente. Hoje são 12 coordenadoras no grupo, que conta com 43 mobilizadas. Segundo a presidente Maria Beatriz Orso, que também compõe a coordenação regional da CEMF, a troca de experiências com produtoras de diferentes regiões proporcionou uma abertura de horizontes.

“Nosso grupo sempre foi muito ativo, mas a Comissão Estadual nos deu um novo gás. Começamos como um braço do sindicato com ações voltadas para o trabalho social. Agora passamos a ser uma comissão mais técnica e com foco nas produtoras, sem deixar essa parte social de lado”, avalia Maria Beatriz. “Fizemos novas chamadas para consolidar um grupo atuante de verdade. Todas as mulheres que estão na comissão local hoje são muito participativas”, acrescenta.

Em fevereiro deste ano, a comissão local de Cascavel, junto com parte da coordenação da CEMF, esteve presente na feira agropecuária Show Rural, no município, para recepcionar as caravanas



Comissão local de Cascavel (Oeste) reunida no Show Rural



Primeiro encontro da comissão estadual realizado em 2021, em Curitiba

de sindicatos rurais e outras comissões formadas por mulheres. Para o segundo semestre, o planejamento inclui cursos, como o Mulher Atual, visitas técnicas e eventos. Em agosto, está previsto um encontro voltado para as comissões locais, com presença da coordenação da CEMF, que vai promover um dia de palestras sobre diversos assuntos, desde a área técnica, passando por temáticas de saúde e motivação pessoal, até ações de lazer.

Nova comissão

Uma das novas comissões criadas em 2021 foi em Campo Mourão, na região Noroeste, sob coordenação de Larissa Gallassini. Segundo a produtora, essa foi uma oportunidade de levar a bagagem de conhecimento adquirido em outra comissão que participava, em Maringá.

“Em Campo Mourão, eu encontrei mulheres engajadas nas propriedades e em uma faixa etária mais jovem, que estão assumindo a sucessão. Agora o trabalho é chamar essas mulheres para se associarem ao sindicato rural, oferecer incentivo à liderança rural. Uma vez dentro do sistema, elas começam a entender que é tudo interligado”, afirma Larissa.

No final de abril, o grupo realizou uma visita técnica a uma propriedade rural comandada por quatro mulheres. Isso vai de encontro ao atual objetivo de trabalho da comissão de Campo Mou-

rão, voltado para a capacitação técnica das mulheres, com foco na gestão rural. Essa é uma demanda do próprio grupo, que atualmente é composto por 112 mobilizadas e nove coordenadoras. “Todas as nossas ações têm esse teor mais técnico”, destaca Larissa.

Além das comissões locais já oficializadas junto à FAEP, outros municípios contam com grupos em processo de formação, como Paranavaí, Céu Azul, Campina da Lagoa, São Jorge D'Oeste, Coronel Vivida, Palmas, Mariluz, Ubatã, Nova Alvorada e Goioerê.

Estrutura da CEMF

A coordenação da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP é composta por 17 integrantes: Adriana Botelho, de Candió; Alaíde Alevatto, de Uraí; Ana Cristina Versari, de Maringá; Carla Rossato, de Sertãozinho; Gladis Knebel Schneider, de Toledo; Hildegard Abt, de Guarapuava; Kelli Taborda, de Castro; Kelli Cardoso, de Curitiba; Larissa Gallassini, de Campo Mourão; Ligia Buso, de Santo Antônio da Platina; Ligia Perri, de Juranda; Lisiane Rocha Gzech, de Teixeira Soares; Maria Beatriz Orso, de Cascavel; Mariluce Anchieta, de Astorga; Marisa Mior Acorsi, de Chopinzinho; Michele dos Santos, de Realeza; Roseli Celestino, de Ivatuba; e Simone Carvalho Bossa de Paula, de Rondon.

Acervo inestimável de uma técnica transformadora

Museu do Plantio Direto em Mauá da Serra reúne máquinas e equipamentos que permitiram viabilizar a agricultura na região e no Paraná

Por Carlos Guimarães Filho

Em 2004, em meio às festividades de comemoração dos 30 anos do início do Sistema de Plantio Direto (SPD) na região de Mauá da Serra, os produtores rurais locais tiveram a ideia de criar um museu para reunir maquinários, equipamentos, fotos e documentos da técnica. O que, inicialmente, parecia uma conversa de amigos em volta de uma mesa ganhou corpo. No mesmo ano, o grupo fez o lançamento da pedra fundamental.

A partir do ato simbólico, uma longa caminhada se estendeu até a abertura oficial do museu, em 2012. Isso porque era preciso reunir dinheiro para viabilizar a obra, já que os equipamentos seriam doados pelos precursores do SPD na região.

“O terreno foi doado. E tivemos que buscar recursos para levantar a estrutura. Levou tempo, mas deu certo”, lembra Sérgio Kasutoshi Higashibara, presidente do Sindicato Rural de Mauá da Serra e integrante do grupo que idealizou o museu. “A ideia do espaço é guardar a história do Plantio Direto. Afinal, os jovens não sabem como se deu essa técnica, que revolucionou a agricultura no Paraná e em outros Estados”, ressalta o dirigente.

Mauá da Serra, na região Noroeste do Estado, é um exemplo perfeito do impacto do SPD no campo. Na década de 1970, os agricultores sofriam com as chuvas e, consequentemente, a erosão. Na época, o sistema convencional estava impossibilitando a prática da agricultura na região, pois nem mesmo as curvas de nível “seguravam” o solo. Até que a chegada da técnica de palhada, pelas mãos do agricultor Cândido Hideomi Uemura, facilitou o manejo e transformou a atividade.

“Se não fosse o Plantio Direto, Mauá hoje seria pastagem e reflorestamento. O museu é uma forma de guardar a história e também um agradecimento”, aponta Higashibara. “O acervo do museu é completo, e retrata perfeitamente o que os produtores da região precisaram fazer para adaptar as máquinas a técnica e garantir o desenvolvimento da agricultura”, complementa o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que visitou o museu em março deste ano.

▶ Inaugurado há dez anos, museu é um ponto de referência para os produtores rurais de Mauá da Serra





Acervo

No espaço de 600 metros quadrados do museu, o acervo contempla diversos equipamentos como tratores e plantadeiras importadas ou modificadas no Brasil para atender ao tipo de manejo. Durante o passeio que Higashibara faz com os visitantes, compartilhando ricos detalhes do início e dos efeitos do Plantio Direto na agricultura de Mauá da Serra, é possível se deparar com raridades expostas, como a primeira plantadeira utilizada no Brasil para essa modalidade, uma Allis Chalmers de 1972, importada dos Estados Unidos. Outro destaque é o primeiro protótipo de semeadeira de 1973, peça desenvolvida no Brasil.

“O museu tem as primeiras máquinas usadas no Plantio Direto na região, sendo que muitas eram rotineiramente adaptadas. É um acervo rico em história”, diz Higashibara, que garante que o museu é o “único deste tipo no mundo”.

Esse acervo atrai, rotineiramente, estudantes, técnicos, produtores e curiosos. A rotina de visitas ao museu inclui grupos de escolas e de universidades da região, além de pessoas de outros Estados e até mesmo estrangeiros. “Já dei palestras para indianos, cubanos e suíços. Somos bastante procurados”, garante o presidente do sindicato local, que desde agosto do ano passado ocupa uma sala dentro do museu.

Expansão

Dez anos após a inauguração do museu, o grupo de produtores que administra o espaço tem planos de ampliação. Isso porque a família do pioneiro do SPD Herbert Bartz, falecido em 2021, demonstrou interesse em doar parte dos equipamentos ao local.

“O Bartz sempre foi um parceiro nosso, inclusive vindo dar palestras aos visitantes. A doação dos seus maquinários vai enriquecer ainda mais o acervo e atrair mais pessoas. Vamos buscar os recursos para ampliar o espaço”, garante Higashibara.

O museu do plantio direto fica aberto de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, com entrada gratuita.

► Museu reúne dezenas de máquinas e equipamentos que ajudaram a expandir a técnica



► Meneguette e Higashibara sempre incentivaram o uso do Sistema de Plantio Direto no Paraná



► Expectativa é ampliar as instalações do museu para receber mais máquinas



SUSTENTABILIDADE

Energias renováveis se mostram alternativas viáveis no campo

Seminário promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em Assis Chateaubriand abordou vantagens do uso destas fontes nas propriedades rurais

Ao longo dos últimos anos, o Sistema FAEP/SENAR-PR vem promovendo um intenso trabalho para a multiplicação das energias renováveis no campo, priorizando a sustentabilidade e a redução dos custos de produção. Ati-

vidades como piscicultura, avicultura, suinocultura e pecuária leiteira dependem da energia elétrica, uma das maiores despesas para o pecuarista. Neste cenário, os problemas de escassez na matriz energética brasileira e os suces-

sivos aumentos na tarifa impactam diretamente o setor.

Durante o 1º Seminário de Energias Renováveis, realizado no dia 27 de abril pelo Sistema FAEP/SENAR-PR no Centro de Treinamento Agropecu-



vestimentos, especialmente agora que o subsídio da Tarifa Rural Noturna está chegando ao fim e o custo da energia está subindo, comprometendo os negócios”, disse Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, em mensagem transmitida pelo presidente do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand e vice-presidente da FAEP, Valdemar da Silva Melato.

Cases de sucesso

Durante o encontro, os participantes puderam conhecer exemplos práticos de produtores que já fazem uso das energias renováveis em suas propriedades. O vice-presidente do Sindicato Rural de Toledo e presidente da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aviopar), Ednilson Copini, relatou sua experiência com geração de energia solar fotovoltaica. Em sua propriedade, estão instalados 192 painéis solares com potência de 325W, que geram, em média, 8,5 mil kW por mês. A estrutura é resultado do investimento de R\$ 300 mil, com recursos realocados da avicultura e suinocultura. Em 2021, sua economia com energia elétrica chegou a R\$ 55 mil.

Outro exemplo vem do produtor Ademilson Lourenço, que trabalha com avicultura de corte e piscicultura. Ele investiu R\$ 190 mil, no início deste ano, na instalação de 120 painéis com potência de 335W. Com capacidade de geração de energia de 61,2 mil kWh por ano, a projeção é que o *payback* (tempo de retorno do investimento) seja de 8,5 anos.

Já o presidente da Comissão Técnica (CT) de Meio Ambiente da FAEP e do Sindicato Rural de São Miguel de Iguaçu, José Carlos Colombari, falou sobre o modelo de geração de energia elétrica em biodigestores. Na Granja São Pedro, propriedade que abriga grãos, suinocultura, avicultura e pecuária de corte, mensalmente, a geração média de energia elétrica é de 30 MWh, o que gera uma economia de até R\$ 25 mil na conta de luz no final do mês. Segundo Colombari, os primeiros investimentos, realizados em 2006, foram motivados pela preocupação em realizar a destinação correta dos dejetos dos suínos. Os biofertilizantes produzidos no processo também são utilizados na propriedade.

ário (CTA) de Assis Chateaubriand, na região Oeste do Paraná, o tema “O presente e o futuro da segurança energética no campo” esteve em pauta. O encontro, resultado de uma parceria com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Abso-lar), contou com palestras técnicas e uma visita à Usina Fotovoltaica Nelson Paludo, instalada dentro do CTA. O evento teve a participação de 96 produtores rurais.

“Temos que despertar a consciência de que o produtor rural precisa tomar em suas mãos a solução deste problema nas propriedades, garantindo segurança energética por meio das energias renováveis em seu próprio quintal. Justamente ao lado da nossa usina fotovoltaica, queremos mostrar aos produtores as vantagens desses in-



Incentivo ao produtor

O presidente do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand destacou o papel do Sistema FAEP/SENAR-PR em levar conhecimento aos produtores sobre energias renováveis, mencionando as viagens técnicas internacionais promovidas em 2017 para conhecer projetos de geração de energia fotovoltaica e biogás na Europa.

“É um trabalho com origem em uma preocupação de todos nós e que hoje vem se tornando realidade. Temos parcerias para trazer essas alternativas para os produtores rurais paranaenses, eliminando os riscos de falta de energia e reduzindo dos custos de produção”, afirmou Melato.

O gerente geral da agência do Banco do Brasil de Assis Chateaubriand, Luciano Dionísio de Lima, destacou o incentivo ao uso de energias renováveis no agronegócio pela instituição e elencou linhas de financiamento disponíveis para usinas geradoras de energia renovável e demais itens necessários para instalação. Ainda, conceitos, orientações técnicas e procedimentos para acesso à rede da Copel em geração distribuída foram apresentados pelo engenheiro eletricista da empresa Rodrigo Braun dos Santos.

Renova Paraná

O Programa Paraná Energia Rural Renovável (Renova Paraná), lançado pelo governo estadual, é mais uma ação que incentiva o campo paranaense a adotar energias renováveis, principalmente biomassa e solar. O Renova Paraná é resultado direto da atuação do Sistema FAEP/SENAR-PR, que, na última década, intensificou o trabalho de mobilização para atrair investimentos neste setor.

O programa está sob coordenação geral da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) e coordenação técnica do IDR-Paraná. O incentivo é garantido por meio do Banco do Agricultor Paranaense (BAP), criado em 2021, que funciona como um programa de crédito exclusivo com juros subsidiados pelo governo do Paraná.



Valdemar Melato, presidente do SR de Assis Chateaubriand



Ivan Decker Raupp, gerente regional do IDR-PR de Toledo

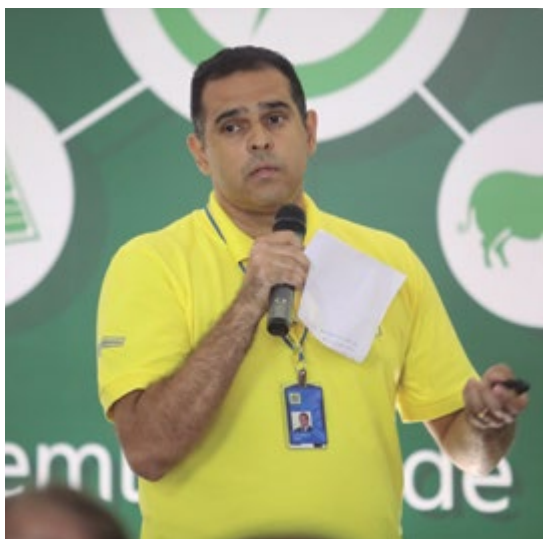


Jéssica D'angelo, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR





Eliana Reis, coordenadora de projetos do IDR-PR



Luciano Lima, gerente-geral do BB de Assis Chateaubriand



Rodrigo Braun, engenheiro eletricista da Copel

O aporte estadual para o Renova Paraná é de R\$ 72,8 milhões para ampliar a produção, oferta e distribuição de energia elétrica, a competitividade dos produtos agrícolas, além de expandir as cadeias produtivas.

De acordo com o gerente regional do IDR-Paraná de Toledo, Ivan Decker Raupp, dos 1,8 mil produtores cadastrados no programa até o momento, cerca de 45% são da região Oeste. “O intuito é trazer competitividade e sustentabilidade para o campo”, apontou.

O foco principal do programa é atender aos produtores beneficiados pela Tarifa Rural Noturna, que termina em 31 de dezembro de 2022. Segundo o IDR-Paraná, de 25% a 35% estão na região de Toledo, principalmente em função da produção de proteínas animais. A subvenção de juros é destinada a projetos de energia solar de até R\$ 500 mil, e de biomassa, no valor de até R\$ 1,5 milhão. Quem aderir ao Renova Paraná até o último dia deste ano terá equalização da taxa de juros de forma integral. Para ser contemplado, o projeto também deve ser feito junto a uma empresa cadastrada no programa. Os produtores interessados em aderir ao programa podem acessar o site idrparana.pr.gov.br ou ir ao escritório regional da entidade.

“Qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do porte da propriedade, que tenha projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia pode ser beneficiada”, observou a coordenadora de projetos do IDR-Paraná, Eliana Aparecida dos Reis.

Visita técnica

No fim do seminário, os participantes tiveram a oportunidade de visitar a Usina Fotovoltaica Nelson Paludo, instalada no CTA de Assis Chateaubriand desde abril de 2021. A estrutura ocupa uma área de 500 metros quadrados e possui 304 painéis solares com capacidade de 135 kWp, o que corresponde à geração de 160 mil kWh por ano. O espaço marca um incentivo às energias renováveis pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. Com a usina, a entidade também passou a ser autossuficiente na energia elétrica consumida em suas 20 unidades.

SENAR-PR abre credenciamento para instrutores em mecanização

Candidatos podem acessar o edital no site da instituição. Inscrições se encerram em 23 de maio



Estão abertas as inscrições para o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em integrar o corpo de instrutores do SENAR-PR. O Edital 003/2022 foi aberto para credenciar profissionais voltados a ministrar treinamentos para profissionalização rural no curso “Operação e Manutenção de Semeadoras-adubadoras”, mais conhecidas como plantadeiras. O prazo de inscrição termina em 23 de maio. As inscrições, bem como todo acompanhamento do processo de credenciamento, podem ser feitos por meio do site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistematicaep.org.br/editais-senarpr/).

O perfil desejado para essa função inclui formação superior completa em Engenharia Agrônoma, Engenharia Agrícola ou tecnólogo em Mecanização em Agricultura de Precisão, além de experiência comprovada com máquinas agrícolas. Vivência em Agricultura de Precisão e vivência em sala de aula são diferenciais. Casos de indivíduos com formação em outras áreas serão analisados individualmente.

Vale lembrar que neste cadastramento é vedada a participação de empresas individuais Microempreendedor Individual (MEI), empresas individuais de responsabilidade limitada (Eireli), ou cooperativas. Também não podem participar empresas que estejam inadimplentes com qualquer órgão da administração pública direta ou indireta; empresas que tenham algum dirigente, sócio, responsável técnico com

funcionários do SENAR-PR. Para conhecer de forma ampla todas as regras, consulte o edital no site da instituição.

O resultado da seleção sai no dia 3 de junho, quando os candidatos selecionados iniciam então uma etapa classificatória com avaliações técnicas e pedagógicas, além de um treinamento técnico e de uma aula demonstrativa. O resultado final com as pessoas jurídicas aprovadas no certame será divulgado dia 1º de agosto de 2022.

Curso

O curso “Operação e Manutenção de Semeadoras-adubadoras” ainda não foi lançado oficialmente. Trata-se de uma novidade que faz parte da formação de “Tratorista Agrícola”. Futuramente, a capacitação será prestada em todos os municípios do Estado, conforme a demanda de convocação.

O objetivo do treinamento é capacitar os participantes nas técnicas de operação e manutenção de plantadeiras. Com carga horária de 24 horas, o curso pretende abordar diversos temas relacionados à área, como parâmetros fitossanitários, parâmetros de semeadura, regulação dos equipamentos e muitos outros.

O SENAR-PR possui mais de 250 títulos de curso, todos gratuitos e com entrega de certificado aos aprovados.

Plantas de cobertura permitem reduzir uso de ureia sem perda de produtividade

Estudo aponta quantos quilos de nitrogênio em cultivos como aveia, ervilhaca e nabo podem agregar ao solo

Uma pesquisa realizada em Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, tem investigado a possibilidade de reduzir o uso de fertilizantes nitrogenados em plantações de milho. Para isso, utiliza-se o cultivo de alguns tipos de plantas de cobertura de solo de inverno na entressafra. Entre as espécies testadas estão ervilhaca, tremoço e nabo. Em alguns casos, a equivalência em ureia para o nitrogênio ciclado no solo pelas plantas chega a até 175 quilos por hectare. Na prática, o produtor nessas circunstâncias poderia economizar em torno de 40% na dose de ureia aplicada como fertilizante sem perder produtividade.

O estudo “Plantas de cobertura e sistemas de preparo do solo: impactos sobre a compactação do solo e produtividade das culturas” faz parte da Rede de AgroPesquisa e Formação Aplicada Paraná (Rede AgroParaná), iniciativa que conta com recursos do governo do Estado e do SENAR-PR. No Sudoeste, o levantamento que tem informações acumuladas dos últimos 12 anos ocor-

re dentro de uma área experimental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Para chegar aos números da equivalência em quilos de ureia disponibilizados pelas plantas no solo, os pesquisadores usaram uma expectativa de rendimento de nove toneladas de grão por hectare. Como projetado na hipótese do estudo, a maior equivalência em ureia por hectare ocorreu para tremoço (161 quilos) e ervilhaca (175 quilos). Nos sistemas consorciados (que usam mais de uma espécie de cobertura ao mesmo tempo, essa equivalência varia de 102 quilos (aveia + ervilhaca) a 129 quilos (aveia + ervilhaca + nabo). O nabo sozinho apresenta equivalência de 76 quilos por hectare.

“Nesse sentido, quando consideramos este benefício ecossistêmico à cultura do milho, podemos reduzir custo de produção e aumentar a sustentabilidade do sistema de cultivo, especialmente pela redução da quantidade de nitrogênio químico aplicado na lavoura quando a cultura antecessora for uma planta de

cobertura cicladora/fixadora desse elemento”, pontua o pesquisador Paulo Conceição, professor da UTFPR.

Preparo do solo

Em outra frente do mesmo subprojeto ocorre a investigação dos efeitos do revolvimento do solo usando escarificador. Alguns produtores na região têm adotado a técnica com o pretexto de evitar uma suposta compactação do solo. As pesquisas, no entanto, têm demonstrado que no caso de um Sistema de Plantio Direto (SPD) feito do modo correto tecnicamente, não se justifica o uso do equipamento.

No estudo em parceria com a UTFPR, a médio prazo já não há diferença entre as áreas onde foi adotado preparo do solo com escarificação. “Tanto após 12 meses da escarificação quanto após 36 meses, o solo apresenta a mesma condição de compactação que a área mantida em PD sem revolvimento durante os seis anos em que temos feito esse experimento em especial”, alerta o pesquisador.





Desde 1831, Legião Estrangeira
Francesa reúne soldados de outros
países dispostos a lutar pela França.
Um dos atrativos é a possibilidade de
adquirir cidadania francesa



O ingresso de combatentes brasileiros, inclusive do Paraná, nas fileiras da Legião Estrangeira da Ucrânia no conflito no Mar Negro este ano resgatou a memória de outro famoso contingente formado por soldados de diversas nacionalidades. A Legião Estrangeira Francesa (*Légion Étrangère*) não foi o primeiro batalhão desta natureza, mas, com certeza, é o mais longo em operação.

Criada em 1831, pelo Rei Luís Filipe I, a Legião Estrangeira é um braço do Exército Francês que recebe soldados estrangeiros dispostos a lutar pela França. Os legionários são os únicos membros de suas forças armadas que não juram lealdade à bandeira francesa, mas à própria Legião Estrangeira. Também o lema bordado nas bandeiras dos seus regimentos *Honneur et Fidélité* (Honra e Fidelidade), enquanto na do restante do exército francês é *Honneur et Patrie* (Honra e Pátria). Estima-se que um dos grandes trunfos dos legionários seja seu espírito de corpo, trabalhado arduamente para que a boa convivência e o respeito à hierarquia entre pessoas de diferentes culturas sejam alcançados.

Logo no início da sua criação, a Legião Estrangeira atendia aos anseios da França em expandir seu império, principalmente nas colônias africanas. Teve papel importante para assegurar o controle da Argélia Francesa, local onde ficaria sediada pelos seus primeiros 130 anos. Durante esse período reprimiu revoltas populares e manteve a região “pacificada”, até sua independência em 1962.

Os soldados da Legião Estrangeira lutaram pela França em suas principais guerras, entre elas a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, além da Guerra da Criméia (1853-1856), da campanha da Itália (1859), campanha do México (1863-1866), do Protetorado de Tonkin (1883-1885) e da batalha de Dien Bien Phu (1954). Mas sua atuação vai muito além destes conflitos, tendo participado de dezenas de operações militares e combates em diversas partes do mundo, sendo a mais recente na guerra civil ocorrida na República Centro-Africana, entre 2012 e 2016. Desde sua criação, estima-se que já tenha perdido mais de 40 mil homens em combate.

Um dos atrativos em ingressar em suas fileiras é a possibilidade de adquirir cidadania francesa. Um legionário pode fazer essa requisição após três anos de serviço. Se ele servir bem, primeiramente terá direito a uma autorização de residência. A nacionalidade definitiva será dada a ele sob condições que comprovem sua vontade de se integrar à nação francesa.

Outra facilidade que vigorou no seu início era a possibilidade de se alistar sob um pseudônimo, o que permitia que muitos recrutas que necessitavam de anonimato para recomençar suas vidas. A partir de 2010, além do pseudônimo, é permitido se alistar com a identidade real.

Para ingressar na Legião Estrangeira Francesa é preciso ter mais de 17 anos e meio e menos de 39 anos e meio no dia do recrutamento. Não é necessário ter alistamento militar anterior, mas uma boa forma física. É exigido índice de massa corporal entre 18 e 30 kg/m² e a seleção envolve testes físicos e psicológicos.

Hoje, o salário de um legionário em início de carreira é de 1.280 euros. Apenas nos três primeiros meses de 2022, mais de 1,7 mil legionários foram recrutados em diversos países, segundo o site da Legião Estrangeira Francesa.



Mais de 4 mil agropecuaristas paranaenses participaram do movimento que tomou a Praça dos Três Poderes, em Brasília, em abril de 2011

Novo Código Florestal: 10 anos de segurança jurídica no campo

Uma década após sanção da lei federal, CAR tem plena adesão dos produtores rurais paranaenses. FAEP teve atuação direta na mobilização para aprovar a legislação

A jornada havia sido extenuante. Depois de mais de 24 horas de viagem, o produtor rural Erni Arndt chegou a Brasília no início da manhã de 5 de abril de 2011, em um dos 100 ônibus fretados pela FAEP. Ele era um dos mais de 4 mil agropecuaristas paranaenses que tomaram a Praça dos Três Poderes, para pressionar o Congresso a votar o projeto para instituir o Novo Código Florestal. Lá, a delegação do Paraná se uniu a outros 16 mil produtores de outros Estados, em uma mobilização histórica.

O movimento surtiu efeito. Com o apoio de parlamentares que aderiram à pressão, a proposta tramitou e no ano seguinte, em 25 de maio de 2012, a então presidente Dilma Rousseff sancionou o Novo Código Florestal. A legislação, que completa dez anos, trouxe mudanças importantes nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL), além de mecanismos que garantiram a preservação ambiental, com segurança jurídica para quem produz. Apesar disso, há outros pontos previstos que ainda não foram implantados, travando o pleno funcionamento da legislação.



FAEP participou ativamente da mobilização histórica

Ainda hoje, as imagens da Praça dos Três Poderes, em Brasília, tomada por produtores rurais uniformizados na grande mobilização de abril de 2011 chamam a atenção. Entre os quatro mil paranaenses, havia representantes de 83 municípios. Quem participou da caravana se orgulha do passado que ajudou a construir a vitória histórica, que culminou com a sanção do Novo Código Florestal.

“Em São Miguel do Iguaçu, nós lotamos um ônibus e fomos em caravana com outros ônibus da região Oeste. Foi um dia histórico e o Paraná foi o grande destaque. Estávamos todos com camiseta e bonés brancos, timbrados com o emblema da FAEP. Depois, teve um abraço na Praça dos Três Poderes”, relembra José Carlos Colombari. “Temos que destacar o papel fundamental da FAEP. O Paraná é um Estado em que mais de 90% de suas propriedades são pequenas. Esses produtores passaram a ter legalidade e viabilidade econômica para continuarem na atividade”, reforça.

Além do destaque paranaense, outro aspecto chamou a atenção do produtor Erni Arndt. Muitos tiveram que acompanhar as sessões em anexos afastados e sentados no chão. “O setor produtivo era visto de outra forma. Para nós, não tinha nem cadeira. Eu me perguntava: ‘Estamos produzindo para quem, para sermos tratados dessa forma?’”, relembra.

Apesar disso, muitos parlamentares caminharam junto com os produtores rurais, entre os quais, os deputados federais Aldo Rebelo, Moacir Micheletto e Reinhold Stephanes. “Fizemos um esforço muito grande para mobilizar os produtores do Paraná e permitir que nossa voz fosse ouvida em Brasília. Tenho muito orgulho dessa conquista, que não é só da FAEP, mas de todos os produtores do Paraná”, afirma Ágide Meneguette.

“Foi um bate-volta. Fomos dormindo no ônibus, tomando banho em posto de beira de estrada. Lembro que o motor do ônibus fundiu e quase chegamos atrasados. Nós fomos sabendo o que enfrentaríamos, mas tínhamos um objetivo de luta e deu certo”, relembra Arndt, hoje presidente do Sindicato Rural de Nova Santa Rosa, no Oeste do Estado. “Foi um movimento que marcou, porque a gente conseguiu a vitória graças à pressão política, com a FAEP se envolvendo. Fomos o Estado mais atuante”, complementa.

“O Novo Código Florestal foi uma vitória imensa do setor rural, que precisava de segurança jurídica para continuar produzindo em consonância com o meio ambiente. Nós tínhamos clareza do que estava em jogo, por isso participamos dessa mobilização como protagonistas. Não medimos esforços para sensibilizar o Congresso da necessidade da aprovação. Depois, investimos em capacitação de técnicos, produtores, sindicatos e cooperativas. Agora, precisamos que os mecanismos que ainda não saíram do papel sejam, de fato, implementados”, reforça o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.



Meneguette liderou mobilização paranaense para aprovar o Novo Código

Reserva Legal

Um dos pontos importantes da legislação foi manter em 20% os índices de Reserva Legal dentro dos imóveis rurais. O Novo Código Florestal trouxe um benefício ao pequeno produtor. Os imóveis rurais com até quatro módulos fiscais (72 hectares) ficaram desobrigados de recompor as reservas legais, valendo o percentual de mata nativa que existia na propriedade em julho de 2008. Ou seja, os pequenos produtores, que até essa data mantinham vegetação originária em dimensões inferiores a 20% da área total, passaram apenas a ter que manter esse índice.

Essa consolidação provocou um impacto positivo ao Paraná, que na época da sanção do Novo Código tinha 92% de seus imóveis rurais com até quatro módulos fiscais. É o caso de Arndt, dono de uma propriedade de 50 hectares com três aviários e plantações de soja e milho. Na avaliação dele, caso os pequenos produtores fossem obrigados a recompor a vegetação nativa, o Estado perderia significativamente áreas produtivas, com revés nas esferas econômica e social.

“Se eu tivesse que chegar nos 20% [de RL], perderia uma área importante que já era produtiva. Teríamos um reflexo enorme não só dentro da propriedade, mas para a economia dos pequenos municípios, sustentados pela agropecuária. O Paraná iria perder uma importante área produtiva”, diz Arndt.

“O Novo Código Florestal garantiu a viabilidade da pequena propriedade. Trouxe segurança jurídica. Se tivesse obrigação de o pequeno produtor recompor a Reserva Legal, muitos que vivem da terra seriam jogados para fora da atividade. Quem perderia seria o país”, observa José Carlos Colombari, presidente da Comissão Técnica (CT) de Meio Ambiente da FAEP e do Sindicato de São Miguel do Iguaçu.



Produtores acompanharam as sessões no Congresso

“O Novo Código Florestal foi uma vitória imensa do setor rural, que precisava de segurança jurídica para continuar produzindo em consonância com o meio ambiente”

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

“O Novo Código Florestal trouxe segurança jurídica”

José Colombari, presidente da CT de Meio Ambiente da FAEP



CAR e PRA

O Novo Código Florestal também trouxe uma inovação sem precedentes: a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro eletrônico obrigatório que deve ser feito por todos os proprietários de imóveis rurais. Todas essas informações prestadas pelo produtor se consolidam como um banco de dados, que fornece um raio-x das propriedades rurais do país, o que possibilita o planejamento amplo e abrangente de políticas ambientais.

No início, o CAR passou por inúmeros entraves, que variavam desde a desconfiança do produtor em declarar seus dados ambientais à falta de conhecimento de técnicos para acessar o programa *online*. Em razão disso, o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu maciçamente na capacitação de técnicos, produtores, sindicatos, cooperativas e prefeituras, para que o produtor rural tivesse o assessoramento adequado. Deu certo. Hoje, são mais de 483,3 mil imóveis cadastrados no Paraná.

“Com os esclarecimentos recebidos, o produtor paranaense confiou e fez sua tarefa de casa. Segundo o IAT [Instituto Água e Terra], mais de 98% dos proprietários de imóveis já aderiram ao CAR e estão registrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural [SICAR]”, ressalta Carla Beck, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, que acompanha os desdobramentos do Novo Código Florestal desde que a legislação foi instituída.

“A parte que cabia ao proprietário rural foi bem-feita. O produtor aderiu amplamente. Temos mais de 6 milhões de imóveis rurais e 540 milhões de hectares declarados em todo país, em um total de 850 milhões de hectares. É muito significativo. Por meio da ação do produtor, criamos o maior cadastro mundial de imóveis rurais”, acrescenta Nelson Ananias Filho, coordenador de sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “Hoje, 32% da vegetação nativa do país estão dentro de propriedades rurais. Temos um ativo ambiental muito grande, o que demonstra o comprometimento do produtor com a produção sustentável”, aponta.

A inscrição no cadastro é um pré-requisito para que o produtor rural possa aderir a outra novidade trazida pelo Novo Código Florestal: o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O marco legal estabelece as regras genéricas que o PRA deve seguir, mas cada Estado deve regulamentar seu próprio programa, fixando condições específicas. O prazo para inscrição no programa vence em 31 de dezembro de 2022.

O PRA deve criar regras para que o proprietário que destruiu ou danificou áreas de APP além do permitido possa adotar procedimentos de recuperação. Ao aderir ao plano, o produtor rural tem vantagens, como a possibilidade de compensação da reserva legal em diversas modalidades, como Servidão Ambiental e Cadastramento de Área Equivalente. “O PRA é um programa de adesão voluntária para que o produtor rural regularize o passivo ambiental de seu imóvel rural, com condições e prazos estabelecidos no Termo de Compromisso que será assinado por ele, no caso de necessitar adequação ambiental”, reitera Carla.

Gargalos impedem amplo funcionamento do CAR

Se por um lado o produtor rural cumpriu seu papel, por outro, o poder público deixou a desejar. Os cadastros no CAR efetivados pelos proprietários de imóveis rurais ainda não foram analisados pelo órgão ambiental. Essa validação é imprescindível para que se tire do papel outros dispositivos previstos no Código, como o procedimento e negociação de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e Pagamento Efetivo por Serviços Ambientais (PSA).

A falta de análise efetiva desses dados é considerada um gargalo técnico-operacional para a implementação de outros recursos previstos no Novo Código Florestal. Ou seja, a validação dos dados do CAR é imprescindível para que outros instrumentos de incentivo à preservação passem a funcionar, na prática.

Para tentar superar essa dificuldade, em maio de 2021, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), vinculado ao Mapa, passou a disponibilizar aos Estados uma plataforma chamada “Análisa CAR”. A ferramenta digital utiliza tecnologias de sensoriamento remoto para processar as análises.

“Na prática, o computador faz uma leitura das informações prestadas pelo produtor, comparando-as com uma base de imagens de satélites, georreferenciadas. Assim que a plataforma faz a análise, o resultado volta para o produtor. Se ele concordar com o conteúdo, o processo é concluído. Se houver divergência, a documentação vai para um analista”, explica o coordenador da CNA. “Se todas as análises fossem feitas por analistas, demoraria mais de 20 anos para zerar a fila. Então, a plataforma vem para trazer agilidade”, acrescenta.

O problema é que, até agora, poucos Estados aderiram à iniciativa. De modo geral, apenas São Paulo adotou o

Principais mecanismos do Novo Código Ambiental



CAR – O Cadastro Ambiental Rural é um cadastro eletrônico, obrigatório a todas as propriedades e posses rurais. As informações são declarações, de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural.

Status: 98% dos produtores paranaenses já aderiram.

Gargalo: Cadastro feito pelos produtores ainda não foram analisados pelo Mapa.



PRA – O Programa de Regularização Ambiental compreende um conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas por proprietários de imóveis rurais para a adequação e promoção da regularização ambiental.

Status: produtores do Paraná têm até 31 de dezembro de 2022 para se inscrever.

Gargalo: Sem análise do CAR, programa não pode ser tirado do papel.



“Analisa CAR” de forma maciça, o que faz levantar dúvidas se os produtores que querem fazer parte do PRA estarão aptos a se inscrever a tempo. “Aqui no Paraná, a plataforma ainda não progrediu. Com a análise dinamizada [feita pelo Analisa CAR], a expectativa é de que a verificação se acelere a ponto de o prazo de adesão ao PRA, que encerra em 31 de dezembro deste ano, possa, de fato, ser cumprido”, observa Carla Beck.

A técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR também menciona outro impasse que se arrasta há dez anos: o artigo do Novo Código Florestal prevê que o governo federal implante um programa para converter a multa de imóveis rurais relacionadas a desmatamentos que ocorreram antes de 22 de julho de 2008. “Ou seja, aqueles produtores que desmataram fora da área de APP e RL não podem aderir ao PRA e ainda não existe uma regulamentação, ou sequer projeto, para atender a essa demanda”, explica.



Caravana pelo Código

Há 11 anos – em abril de 2011 –, o Boletim Informativo trouxe uma ampla cobertura da mobilização histórica promovida em Brasília, com participação destacada dos produtores paranaenses. Na ocasião, o Paraná engrossou a pressão pela aprovação do Novo Código Florestal. Outro ponto que mereceu destaque é que o Estado não esperaria de braços cruzados: se o Congresso não agilizasse a votação do projeto, haveria um “Plano B”.

“Se o texto não for votado, vamos criar um Código só para o Paraná”, disse, na época, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette. Naquela viagem oficial a Brasília, o líder do setor agropecuário paranaense se reuniu com a então presidente Dilma Rousseff e manifestou a urgência que o caso merecia. “Os nossos produtores rurais não podem mais ficar nessa indefinição, sem saber se estão ou não cometendo ilegalidades”, apontou.

A pressão foi importante. Como vimos, o Novo Código foi aprovado. A edição do Boletim Informativo permanece nos arquivos como um documento histórico da mobilização em Brasília: foram 27 páginas destinadas à cobertura, com dezenas de fotos e depoimentos de produtores de todos os cantos do Paraná, que aderiram à manifestação.

PER de cara nova e a todo vapor

Programa manteve algumas atividades ao longo da pandemia e chega a 2022 reformulado, com ênfase no envolvimento das famílias nas propriedades rurais



As restrições causadas pela pandemia do novo coronavírus impediram que em 2020 e em 2021 fosse realizado o Encontro Estadual de Líderes e Empreendedores Rurais – o tradicional evento anual que marca o encerramento do Programa Empreendedor Rural (PER) e reúne milhares de produtores de todas as regiões do Paraná. Apesar de a festa ter sido suspensa temporariamente, o PER manteve algumas atividades. O programa chega a sua 19ª edição em 2022 reformulado e a todo vapor, de cara nova. Antes, de forma piloto, levou o novo formato a salas de aula, com resultados animadores – e com todos os cuidados sanitários.

A reformulação manteve o objetivo principal do programa: fazer com que o aluno amplie a visão sobre a propriedade e o

negócio, tornando-se um empresário-empreendedor. Em outras palavras, ajudar o produtor a transformar sua propriedade em um negócio. Para isso, ao longo do PER, o participante trilha um percurso de aprendizagem, desenvolvendo um projeto que possa ser implantado na prática, de olho na realidade que encontra no campo. A grande novidade é que o programa agora também foca na família do produtor, que passa a ser envolvida desde o início. Neste contexto, a iniciativa se desenvolve a partir do conceito “empresa-família”, trabalhando três dimensões: família, negócio e patrimônio.

“O PER convida o participante a pensar não só um projeto para a propriedade em si, mas a promover um resgate da família. A ideia é que o desenvolvimento da propriedade seja es-

tabelecido em conjunto com os familiares, não algo imposto pelo participante”, explica a técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR e responsável do PER, Vanessa Reinhart.

Iniciada em 2019, a atualização do PER partiu de avaliações de especialistas, instrutores e participantes de todo o país. Eles identificaram que a principal causa que levava projetos de alunos a não serem implantados estava relacionada a dificuldades no relacionamento entre os alunos e seus familiares. O novo modelo foi testado já em 2019, com dez turmas-piloto. No ano passado, o SENAR-PR selecionou, via edital, 21 novos instrutores, que foram treinados a atuar no programa já remodelado. Em 2021, seguindo todos os protocolos sanitários, 408 alunos, divididos em 38 turmas, frequentaram o PER.

“Foram turmas com número reduzido de alunos, já com a nova formatação. A avaliação dos participantes foi positiva. Os trabalhos geraram um espaço de diálogo, que permitiu traçar objetivos em comum”, diz Vanessa.

Construindo consenso

O agricultor **Benedito Cláudio dos Santos**, de 39 anos, foi um dos alunos que frequentou o PER em 2021. Localizada em Altamira do Paraná, região Centro-Sul, a propriedade da família dele é trabalhada por três gerações diferentes. Por um lado, isso propicia a diversificação das atividades, mas, por outro, acaba dificultando o estabelecimento de objetivos comuns. Com a percepção de quem teve acesso aos dois modelos do PER – ele também havia concluído o programa em 2015 –, Santos aprovou o foco na família. Para ele, a construção de consenso é determinante para viabilizar o negócio.

“Na outra versão, o foco estava na participação do empreendedor. A nova abordagem trouxe a família para a discussão.



408

Esse foi o número de alunos, divididos em 38 turmas espalhadas pelo Paraná, que participaram do PER em 2021

Eu achei muito interessante”, ressalta Santos. “Aqui, somos três gerações. Então, há muitas diferenças, cada um com sua visão. Conciliar os objetivos de todos é um desafio. O PER nos ajudou nisso”, avalia.

Ao longo de 2021, Santos desenvolveu um projeto voltado à produção de orgânicos – principalmente tomate – na propriedade da família. O agricultor está com o cultivo protegido de 600 pés, conduzido de forma experimental. Enquanto isso, o produtor analisa a viabilidade financeira do negócio, de olho na venda para a merenda escolar e a mercados. Formado em Química, Santos planeja apostar na agricultura sustentável como forma de ampliar a rentabilidade da propriedade – em que o pai cultiva uva e a sobrinha atua com gado de leite e olericultura.

Paralelamente, ele mantém cultivos experimentais de plantas medicinais – como melaleuca, *lippia alba* (um tipo de cidreira) e capim-santo –, visando a extração e comercialização de óleos essenciais. A produção foi tema de seu projeto desenvolvido no PER de 2015. A intenção de Santos é, ao longo dos próximos anos, conciliar a produção de orgânicos com os óleos essenciais, tornando as atividades sua principal fonte de renda. “Nos dois casos, eu estou fazendo estudos de escala, para ver a viabilidade financeira”, observa o empreendedor rural. “O PER ensinou tudo: a elaborar projetos, fazer diagnósticos e avaliações, estudo de viabilidade e de capitais e ter uma visão profissional, mesmo, sobre a propriedade”, avalia.

Também em Altamira no Paraná, o produtor rural **Fábio Henrique Amaral de Melo**, de 25 anos, foi outro participante que concluiu o PER em 2021. Até cinco anos atrás, ele vivia em Santo André, São Paulo, onde nasceu e levava uma vida completamente urbana. Lá, começou a trabalhar aos 12 anos, pegando bolinhas em um clube de tênis e, posteriormente, foi funcionário de uma rede de *fast food*. Quando se mudou ao Paraná é que começou a relação com o campo, estreitada pelas capacitações do SENAR-PR.

“Eu comecei a fazer os cursos e falavam muito bem do PER. E foi uma oportunidade incrível. Eu já via a propriedade como um negócio, mas não sabia bem como administrar isso. Foi muito importante a questão do planejamento, das avaliações”, destaca.

O sítio – que pertencia ao avô materno de Melo – foi dividido entre duas tias, um tio e a mãe do rapaz. Na parte que ele administra com os pais, a família mantém seis cabeças de vaca e um boi voltados à recria. Além disso, cultivam uma pequena plantação de cana e arrendam uma pequena área. O projeto de Melo visa otimizar a criação de gado, integrada à produção agroflorestal – com hortaliças, frutas e madeiras nobres. Ele também planeja apostar no cultivo de uvas, mirando-se no exemplo de uma das tias. O PER foi determinante para a execução do planejamento e a adoção dessa visão mais abrangente e profissional.

“O nosso sítio tem uma particularidade: ele é comprido. Mas é como o instrutor disse: não existe área que seja inviável de se trabalhar. A questão é ter planejamento e organização”, reforça. “Eu sentei com meu pai, mostrei os números. Compensa pegarmos um financiamento e colocarmos gado próprio. Seria bem mais vantajoso do que arrendar. Devagar a gente vai explicando, vai mostrando. O meu projeto é economicamente viável, mas precisamos levantar o financiamento para dar certo”, diz o produtor, que aponta o PER como determinante nesse processo de construção de consenso com os familiares.

Um sonho com gostinho de história

Há um ano e meio, **Mariana Martins Marcondes**, de 34 anos, passou a apostar na produção de doces artesanais como forma de permanecer no campo. Mas o negócio vai além dos sabores que saem da sua cozinha. Filha de produtores rurais em Guarapuava, no Centro-Sul, a empreendedora uniu a gastronomia ao resgate histórico da trajetória da própria família, em um modelo carregado de valor afetivo. Afinal, as receitas estão com a família há décadas, passando de geração para geração. Isso explica o nome da marca criada por Mariana: Doce Legado. E a realização desse sonho passou pelos saberes difundidos pelo PER.

A família está na região desde 1818, quando o trisavô de Mariana se fixou naquelas terras, dedicando-se à produção agropecuária, criando porcos e galinhas e mantendo uma pequena lavoura, quase de forma rudimentar – que é como a atividade se dava na época. “Minha família está por aqui desde o descobrimento dos Campos Gerais. Era aquela coisa, assim, de troca de alimentos ou de pequenos comércios”, diz Mariana.

A empreendedora nasceu na propriedade e, aos seis anos, mudou-se para a cidade. Os pais deram continuidade à vocação rural dos antepassados, criando vacas das raças Jersey e holandesa, chegando a produzir queijo por um período. Mariana estava por dentro do que se passava na propriedade,



mas não participava do negócio. Cursou Agronomia e fez mestrado, mas, ainda assim, não estava ligada à gestão dos negócios familiares.

Em 2017, ao começar doutorado – em que pesquisou melhoramento genético na cultura do milho –, Mariana voltou a morar na propriedade, desenvolvendo o projeto prático para seus estudos. Entre livros e pesquisas, a jovem se reconectou com a tradição familiar dos doces caseiros. Naquele inverno, como havia uma produção considerável de abóbora gila, ela quis aprender a fazer as receitas que sempre via as tias e mãe preparando. O processo era o mesmo de antigamente: fogão a lenha, tacho e colher de pau.

“É algo que dá trabalho, mas eu gostei de fazer aquilo. Era uma reconexão com a história da minha família”, conta Mariana, que também auxilia no controle pecuário dos animais da fazenda. “Como eu fazia muitos doces, comecei a vender para conhecidos e amigos. Foi aí que surgiu a ideia”, acrescenta.

Mariana, no entanto, não entendia de gestão, de análise de mercado, nada disso. Foi então que se matriculou no PER, ao longo do qual desenvolveu um projeto de implantação de uma agroindústria voltada à produção de doces caseiros. Viu

que havia viabilidade, embora precisasse de alguns ajustes. Ela percebeu, por exemplo, que não poderia continuar usando a cozinha da casa. A saída foi adaptar um espaço para si, no salão de festas da propriedade. É de lá que saem, hoje, os produtos da Doce Legado.

“Para a propriedade em si, a renda gerada pelo negócio não representaria muita coisa. Mas era uma renda que possibilitaria que eu permanecesse na propriedade. É um negócio que agrega valor aos produtos e me gera uma fonte de renda”, diz a empreendedora. “A produção ainda é pequena, mas os próximos passos são ganhar em escala e passar a vender para mercados e padarias”, afirma.

Mariana, no entanto, ressalta que é preciso planejar, dedicar e manter os pés no chão, para concretizar as ideias de uma forma racional e profissional. “O PER foi essencial para eu ter uma visão geral do negócio e saber empreender. Quando sai daquilo de fazer doce para a família, vira outra coisa: tem escala, adaptações, testes e padrões que precisam ser feitos para a comercialização”, aponta. “Mas vale a pena. O ‘Doce Legado’ simboliza as mulheres fortes da minha família, que sempre tiveram um poder na propriedade”, define.

Nova sequência de temas

Com a reformulação do PER iniciada em 2019, o programa passou a ser pautado por sete temas trabalhados ao longo dos encontros de forma autodirigida, ou seja, com o próprio grupo de participantes apontando a ordem em que querem abordá-los, conduzindo o percurso de aprendizagem. O objetivo é que, ao final dessa caminhada, os alunos sejam empresários qualificados para gerir a empresa-familiar rural em todas as suas dimensões.

Entre os eixos contemplados no programa, quatro fazem parte do planejamento estratégico: história da família, patrimônio e negócio; objetivos gerais de longo prazo ou propósito; estratégias; e metas de curto e médio prazos. Os outros três eixos são engenharia do projeto, estudo de mercado e avaliações.

“Para 2022, teremos um material novo. As perspectivas são positivas, com o aumento do número de turmas”, diz Vanessa Reinhart, técnica do Detec do Sistema FAEP/SENAR-PR.

“O PER convida o participante a pensar não só um projeto para a propriedade em si, mas a promover um resgate da família”

Vanessa Reinhart, responsável pelo PER

Serviço

Os produtores rurais, trabalhadores rurais e familiares que têm interesse em participar do Programa Empreendedor Rural em 2022 precisam procurar o sindicato rural local ou uma das regionais do SENAR-PR. Ainda, mais informações sobre o programa do Sistema FAEP/SENAR-PR podem ser encontradas no site www.sistematicaep.org.br, na seção Cursos.



Palestra sobre ruminantes

O Sindicato Rural de Pato Branco e a Sociedade Rural de Pato Branco receberam mais de 220 pessoas, em sua maioria produtores rurais e estudantes de agronomia, no dia 19 de abril, para assistir à aula magna proferida por Peter Ballerstedt, especialista na área de pecuária. Na ocasião, Ballerstedt falou sobre o tema “É tempo de uma revolução dos ruminantes: combatendo a má nutrição e as doenças metabólicas para atingir o desenvolvimento sustentável”. O evento celebrou os 15 anos do programa de pós-graduação em Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os 30 anos do curso superior de Agronomia da instituição. O evento aconteceu no salão nobre da sociedade rural do município.



40 anos de Planalto e Ampére

No dia 20 de abril, o vice-presidente da FAEP Oradi Caldato e o supervisor do Sistema FAEP/SENAR-PR Eduardo Marcante, realizaram a entrega do quadro comemorativo de 40 anos aos sindicatos rurais de Planalto e Ampére. Na primeira foto, o presidente da entidade de Ampére, Gelson Horn, o conselheiro Masimino Fim e o contador Rui Luquini receberam a homenagem. Na segunda imagem, o presidente Roberto Canova, o vice-presidente Pedro Mombach, o tesoureiro Plínio Kruguer e o secretário Nestor Ulsenheimer receberam o quadro.



Agrinho em Assaí

O Programa Agrinho foi um dos destaques do desfile de 1º de Maio, em Assaí, Norte do Paraná. O evento também fez parte da celebração dos 90 anos do município, fundado em 1932. A temática do programa foi levada às ruas pela Escola Municipal Professora Mitiko Tsuboi. Na ala que representou o Agrinho, desfilaram cerca de 40 alunos, dos 1º e 3º anos. Os estudantes trajavam um uniforme idealizado para a ocasião, estampado com a logomarca e com os símbolos do programa, e carregavam cestas que simbolizavam produtos agrícolas cultivados no Paraná. Além disso, os bonecos dos personagens Agrinho, Nando e Aninha também marcaram presença no evento, chamando a atenção de quem assistiu ao desfile.

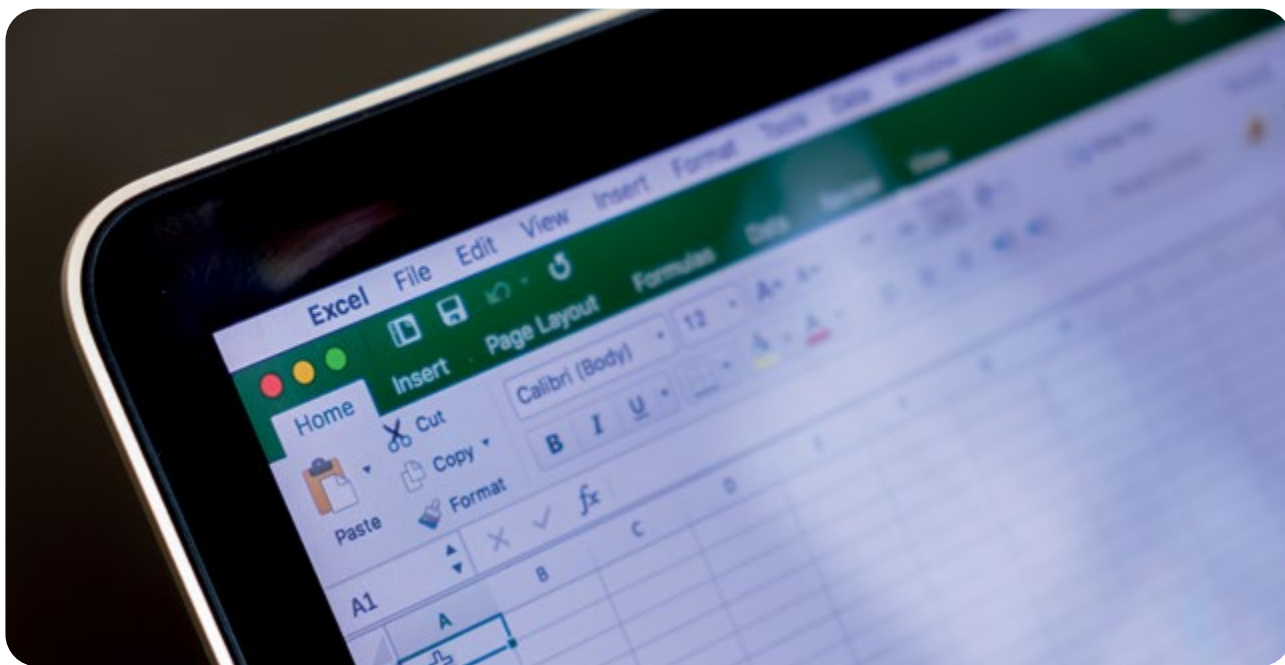


Posse em Dois Vizinhos

O Sindicato Rural de Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, empossou um novo grupo de comandantes. Fazem parte da diretoria-executiva da entidade sindical o presidente Darci Smaniotto; o secretário Pedro Biancato e o tesoureiro Gilberto Manfredi. A posse ocorreu no dia 29 de abril, com a presença de lideranças políticas e produtores rurais do município, representando as mais diversas cadeias produtivas que são exercidas em território duovizinhense. A posse foi prestigiada pelo vice-presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Oradi Caldato; e o supervisor da entidade na região Sudoeste, Eduardo Marcante.

SENAR-PR seleciona instrutores de Excel

Instituição está com edital aberto para a contratação de pessoas jurídicas em dez regionais espalhadas pelo Estado. Confira os requisitos e como participar do processo



O SENAR-PR está com um edital aberto para a seleção de instrutores para os cursos de Excel, nos níveis básico e intermediário, em dez locais espalhados pelo Estado. Há três vagas para cada uma das regionais: Campo Mourão, Curitiba, Guarapuava, Irati, Londrina, Mandaguaçu, Matelândia, Pato Branco/Francisco Beltrão, Ponta Grossa e Umuarama. O prazo para as inscrições vai até o dia 1º de junho.

O edital visa credenciar instrutores para os cursos “Programa de Inclusão Digital – Excel básico” e “Programa de inclusão digital – Excel intermediário”. O objetivo das duas formações é capacitar o produtor rural e sua família de um modo prático e descomplicado. Assim, o participante que concluir a formação será capaz de utilizar o *software* para facilitar o seu dia a dia nas mais diversas atividades.

O processo de credenciamento do SENAR-PR conta com algumas etapas. A primeira trata do preenchimento de um formulário de inscrição, anexado ao edital, até o dia 1º de junho. Junto à ficha, os interessados deverão enviar, de modo virtual, documentos como o currículo e documentação de comprovação de experiência técnica. A experiência na área é um critério de classificação.

Além disso, outras etapas são a seleção de prestadores de serviço, uma prova técnica classificatória aplicável aos profissionais indicados (EaD) e prova pedagógica classificatória. Haverá ainda uma fase de capacitação técnica presencial dos profissionais indicados pelas empresas, com avaliação técnica-pedagógica. A última fase consiste em uma capacitação técnica remota e apresentação de aula demonstrativa.

Alguns tipos de pessoas jurídicas não podem participar do processo seletivo, por critérios desclassificatórios, como companhias que já possuam vínculos prévios com o SENAR-PR ou os sócios ocuparem cargo de direção, chefia, assessoramento, conselheiro ou empregado do SENAR-PR. Também não pode haver relação de cônjuge, companheiro ou parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau com algum membro da comissão avaliadora.

Todos os detalhes sobre quem pode participar, o funcionamento de cada etapa, a descrição das atividades a serem desempenhadas, entre outras informações, constam no edital. O documento está disponível no site www.sistematicaep.org.br.



COLORADO

OPERADOR DE MOTOSSERRA

Em parceria com a Usina Alto Alegre, o curso com o instrutor Sidemar Hobal Costa reuniu cinco concluintes entre os dias 17 e 21 de janeiro.



MUNHOZ DE MELO

BÁSICO EM MANDIOCA

Nos dias 8 e 9 de março, 10 pessoas participaram do curso ministrado pelo instrutor Frederico Leoneo Mahnic, em parceria com o Sindicato Rural de Astorga.



ANDIRÁ

TRABALHO EM ALTURA

O treinamento com o instrutor Ricardo Mori Moreira foi realizado entre 3 e 4 de março, em parceria com a Empresa Canagri, reunindo sete concluintes.



FAXINAL

BÁSICO EM MILHO

Nos dias 10 e 11 de fevereiro, oito pessoas participaram da capacitação realizada com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic.



CIANORTE

COLHEDORA AUTOMOTRIZES

Em parceria com a Companhia Melhoramentos, o curso ministrado pelo instrutor Sinaldo Alves encerrou em 4 de março, reunindo dez participantes.



JACAREZINHO

CASQUEAMENTO DE EQUINOS

Entre os dias 11 e 14 de janeiro, oito pessoas participaram da capacitação realizada com o instrutor Eder Ribeiro, com o apoio do Haras Dom Herculano no Sítio Belo Horizonte.



NOVA LONDRINA

COLHEDORA AUTOMOTRIZ

Entre 7 e 18 de março, 12 pessoas receberam treinamento do instrutor Sinaldo Alves.



ANDIRÁ

TRATORISTA AGRÍCOLA

O instrutor Miguel Jorge Watfe Neto repassou seus conhecimentos a sete participantes, entre 7 e 11 de março, com o apoio da Empresa Canagri.



CENTENÁRIO DO SUL

CONSERVAÇÃO DE SOLOS

O curso, com apoio da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, ocorreu entre 7 e 11 de março. O instrutor Eder Paulo Arrabal Arias certificou 12 participantes.



JACAREZINHO

TRATORISTA AGRÍCOLA

O curso ocorreu entre os dias 17 e 21 de janeiro, em parceria com Usina Santa Terezinha. Quem habilitou os nove participantes foi o instrutor Marcos Antônio de Oliveira.



SÃO JOÃO

COLHEDORA TANGENCIAL

O curso ministrado pelo instrutor Adelar Cagnini, encerrou em 4 de março, reuniu sete participantes.



MARINGÁ

MIP SOJA

O curso encerrou em 20 de março, contando com a participação do instrutor Guilherme Prieto Fávaro e 13 concluintes.

VIA RÁPIDA



Ex-prefeitura de Curitiba

O Paço da Liberdade, espaço que hoje reúne exposições de arte, café e mostras de cinema, já foi a sede da Prefeitura de Curitiba. A construção de 1916 restaurou suas características originais, que incluem detalhes em estilo neoclássico e *art nouveau*, fazendo com que o edifício fosse reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ah, o espaço também abrigou o primeiro elevador da cidade!

Estudar antes de dormir

Se você não consegue dormir, estude. As pesquisas sobre o sono mostram que a consolidação do conhecimento funciona melhor quando realizada antes do sono ou logo após o aprendizado. Isso porque é nesse período que o cérebro cria conexões que ajudam a reter as informações e a trabalhar a memória como um todo.



Joãozinho e a escola

Joãozinho chega atrasado à escola. Quando ele entra na sala de aula, a professora diz:
- De novo atrasado, Joãozinho?
- Ué, professora, não é a senhora que diz que nunca é tarde para aprender?



Formigas construtoras

De suas casas até os depósitos de alimentos, essas formigas cavam um labirinto de túneis e galerias subterrâneas do tamanho de um dedo. Seu incrível sistema inclui até mesmo caminhos especiais para onde podem ir quando se deparam com uma superfície pegajosa.



Maças pretas

As maçãs *Black Diamond*, ou diamante negro, são uma variedade rara de maçãs Huanu cultivadas em Nyingchi, no Tibete. Como as maçãs são de uma área montanhosa onde a luz ultravioleta penetra mais profundamente na pele, sua cor escurece até um marrom escuro ou preto. A fruta em si é branca como qualquer outra maçã.



Exército de Terracota

Em 1974, um achado impressionante chocou o mundo. O Exército de Terracota, formado por estátuas de guerreiros e cavalos da época do primeiro imperador chinês Shi Huang, foi encontrado em três fossos próximos ao local de enterro do líder. Acredita-se que esses guerreiros foram feitos para guardar seu túmulo.

O prédio que gira

No bairro Ecoville, em Curitiba, foi construído o primeiro edifício giratório do mundo, o Suíte Vollard. No total são 11 apartamentos de luxo que podem girar em 360°. Apesar da novidade e das curiosidades, a edificação foi um fracasso de vendas e acabou ficando abandonado. Apesar de inspirar inúmeros rumores sobre se realmente gira ou não, o edifício gira mesmo.



UMA SIMPLES FOTO





Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável